Eixo Capital



ANA DUBEUX (INTERINA)
anadubeux.df@dabr.com.br

Elas não pedem licença

A aliança entre a governadora Celina Leão, a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro e a senadora Damares Alves continua sem conhecer derrota nas urnas do Distrito Federal.
Em 2022, o grupo emplacou Damares no Senado, derrotando Flávia Arruda, também ex-ministra e então candidata preferencial do governador Ibaneis Rocha, em uma disputa por apenas uma vaga.
Quatro anos depois, repetiu o feito, desta vez com a eleição de Michelle para o Senado. E o grupo ganhou mais uma integrante: a deputada federal Bia Kicis, que passa a compor essa articulação política. O trio, agora, vira quarteto. E amplia seu espaço no tabuleiro político do DF.



Kleber/CB

Amigas, amigas. O poder à parte

A força eleitoral das quatro brasilienses, no entanto, terá um teste mais exigente em 2030, quando a atual convergência de interesses poderá dar lugar à disputa por espaços e candidaturas.
Celina Leão deverá entrar na corrida pela única vaga ao Senado, hoje ocupada por Damares. Essa, por sua vez, poderá mirar o Palácio do Buriti, em uma disputa que também tem Bia Kicis e o vice-governador Gustavo Rocha entre os nomes cogitados.
Até lá, o quarteto terá tempo para administrar a convivência entre ambições que hoje cabem sob o mesmo guarda-chuva político. Porque uma coisa é somar forças para vencer eleições; outra, bem diferente, é decidir quem fica com cada pedaço do poder.

Quem fica, quem dança

Depois da esfola-mata eleitoral, os integrantes do GDF aproveitam o último feriadão para recarregar as baterias antes de uma nova maratona: a montagem do próximo time. Nos bastidores, já há movimentação em torno de mudanças em secretarias estratégicas e uma promessa que pode redesenhar o organograma do poder: paridade entre homens e mulheres nas secretarias e nos cargos de comando. Os nomes, por enquanto, seguem guardados a sete chaves. Mas, em política, quando começa a dança das cadeiras, nem todo mundo fica sentado até o fim. É o feriadão da ansiedade.

Urgente: explode o amor!

O Exército de Lula, canal criado por André Janones e que teve importante papel na reeleição do presidente, tem ganhado ramificações extraoficiais. O objetivo, agora, não é mais "salvar a democracia", mas encontrar um amor. No Instagram, eleitores solteiros de centro-esquerda passaram a seguir em peso o perfil Ministério do Namoro (*@namoro.gov.br*), que se autointitula "perfil extraoficial do Ministério do Namoro do Governo Lula". São quase 84 mil pessoas conectadas. E o número só cresce.

Deu match

Por meio do perfil do Instagram, é possível acessar, pelo WhatsApp, o Tinder do Exército de Lula, um canal nos mesmos moldes do criado por Janones, só que voltado para encontros amorosos, tal qual o Tinder tradicional. Por lá, já são mais de 54 mil "soldados" do amor. O canal divulga grupos, separados por DDD, para que seguidores da mesma região consigam dar matches e, quem sabe, engrenar um romance.

A cereja do bolo

Depois da COP, Lula prepara as malas para outra viagem internacional, desta vez, às Filipinas, entre 13 e 16 de novembro. Convidado para a Cúpula da Asean, o presidente terá uma agenda voltada à ampliação dos negócios com os países do bloco. A ApexBrasil organiza um fórum empresarial que deve reunir cerca de 100 empresários brasileiros e outros 100 filipinos, em mais uma aposta na diversificação das exportações brasileiras.
Mas a atração que pode roubar a cena não está na agenda de negócios. Trump também estará em Manila, igualmente convidado para a cúpula. O presidente americano não participa do fórum empresarial, mas uma eventual reunião bilateral com Lula não está descartada. Se sair do papel, o encontro entre os dois líderes pode transformar a viagem comercial em um dos principais capítulos da diplomacia brasileira em novembro.

Hora de avançar

Sem tirar a importância do debate sobre discriminação, intolerância e representatividade, é hora de ampliar o olhar e transformar a mobilização em propostas concretas. A vitória de Lula e o compromisso de governar para homens e mulheres abrem espaço para uma discussão que não pode ficar restrita ao discurso.
Movimentos de mulheres podem aproveitar o momento para apresentar nomes de juristas qualificadas para ocupar uma cadeira no STF. Mulheres negras, brancas, de diferentes origens e trajetórias, que tenham competência e experiência para contribuir com a mais alta Corte do país. O mesmo vale para os postos estratégicos da administração federal.
Afinal, não se trata de substituir uma exclusão por outra, mas de garantir que as mulheres tenham presença efetiva nos espaços de poder e decisão. A diversidade importa, e a igualdade de oportunidades também. Em 135 anos de história, o STF nunca teve uma ministra negra. É uma lacuna que merece ser enfrentada. Mas a presença feminina, em toda a sua pluralidade, não pode mais ser exceção. Em Brasília, a campanha pela escolha de uma mulher negra ganhou as ruas.

Ana Dubeux/CB



Divulgação



De volta à origem

A médica Patrícia Lima tomou posse como ginecologista e obstetra concursada da Prefeitura do Recife na mesma maternidade onde a mãe trabalha há 23 anos como auxiliar de serviços gerais. Foi ali que a mãe, que criou sozinha as duas filhas, garantiu o sustento da família.
Nas redes sociais, a médica, que cursou a universidade pública, comemorou a conquista e fez um agradecimento especial ao presidente Lula pelas políticas públicas que proporcionaram sucesso em sua trajetória.

De Serra Talhada para o mundo

Bartô ainda não se recuperou do susto. Uma composição despretensiosa, que batizou de Hino ao Exército Cívico de Lula, bateu 3,6 milhões de visualizações no Instagram e caminha para os 4 milhões. "Estou pasmo", confessa, enquanto recebe imagens de brasileiros de todas as partes do país cantando o hino. No TikTok, a marca já ultrapassou 2,5 milhões.
De repente, descobriu-se cantor e compositor, com direito a três discos de ouro, se a conta das visualizações valesse premiação. Também virou influencer. O perfil no Instagram, que reunia modestos 934 seguidores, já passou dos 90 mil e se aproxima dos 100 mil. Agora, Bartolomeu Rodrigues, ex-candidato a distrital pelo PSB, tem uma nova obrigação: falar diariamente com essa multidão. Tudo isso por causa de uma composição que, até pouco tempo, era apenas uma brincadeira que ganhou o país.



Arquivo pessoal

Saia-justa de Flávio

A carta divulgada por Flávio Bolsonaro na quarta-feira, na qual se autoproclamava "presidente eleito" do Brasil, provocou irritação até na Casa Branca, segundo fontes próximas aos dois governos. O constrangimento foi tamanho que o documento, estampado com um brasão da República Velha e a grafia extinta "Estados Unidos do Brazil", precisou ser corrigido às pressas. Na sequência, Flávio trocou o título de "presidente eleito" pelo mais modesto "líder do Brasil". A fantasia presidencial durou pouco.

ORÇAMENTO/ Acompanhado de parlamentares do DF no Congresso, o vice-governador eleito Gustavo Rocha se encontrou com o presidente da Câmara, Hugo Motta, para evitar perda de recursos provenientes do Fundo Constitucional

Pressão para preservar o FCDF

» LUÍZA ALTOÉ

O vice-governador eleito Gustavo Rocha (Republicanos) e parlamentares do Distrito Federal se reuniram com o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), ontem, para tratar sobre a mudança no cálculo do Fundo Constitucional do DF (FCDF) em caso de deficit fiscal da União. Eles tentam reverter a alteração que pode retirar R$ 1,8 bilhão do FCDF em 2027.

A mudança no cálculo do Fundo foi inserida dentro de um projeto sobre combustíveis na Câmara dos Deputados, momentos antes da sua votação. Atualmente, o FCDF é corrigido pela Receita Corrente Líquida (RCL) da União. Com a trava inserida, se o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias (RARDP) projetar deficit primário do governo central, o crescimento das despesas vinculadas por lei complementar ou ordinária, categoria que inclui o FCDF, ficará limitado ao índice de crescimento definido pelo arcabouço fiscal para o exercício.

No encontro de ontem, eles trataram sobre a possibilidade de reverter essa mudança. "Foi positiva (a reunião), ele (Motta) se comprometeu a priorizar a questão do fundo constitucional", disse Gustavo Rocha ao **Correio**. "A questão é tão importante para o DF que lá estavam parlamentares da direita, da esquerda, da base, da oposição, todos defendendo unidos a preservação do fundo constitucional", completou. O vice-governador eleito acredita que a retomada do cálculo original pode ser aprovada ainda este ano para valer para o ano de 2027.

Pelas redes sociais, a governadora Celina Leão (PP), que está em viagem, destacou a importância do FCDF. "Queremos manter nosso Fundo intacto para garantir os recursos que servem para manter a saúde, segurança e educação e os salários dos servidores", disse.

Ao **Correio**, o deputado federal Rafael Prudente (MDB), coordenador da bancada do DF no Congresso, explicou que os caminhos estão sendo discutidos. Uma das possibilidades é apresentar um novo projeto de lei complementar para retirar o artigo da lei aprovada. Outra alternativa é incluir uma emenda de mesmo teor em outro projeto com aprovação considerada garantida.

Prudente defendeu a reversão da mudança e disse que Motta reafirmou o compromisso com a pauta. "Ele sinalizou positivamente, 100%", disse. O deputado acredita que a iniciativa contará com o apoio de PL, PP, MDB, PT e PSol. Segundo o senador Izalci Lucas (PL-DF), ele ficará responsável pela articulação da matéria no Senado Federal.

Também há necessidade de articulação com o governo federal para manter inalterado o cálculo do Fundo. Havia uma expectativa de que o assunto fosse abordado por Motta em reunião ontem com o ministro do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti. A bancada defende a manutenção do cálculo atual, argumentando que a mudança pode prejudicar a prestação de serviços públicos na área da saúde, segurança e educação, além de gerar insegurança jurídica.

"Nós precisamos assegurar que ele continue com cálculo de reajuste para fortalecê-lo", disse a deputada federal Erika Kokay (PT-DF) em vídeo publicado nas redes sociais. O deputado federal recém-eleito Fábio Félix (PSol) destacou que o Fundo é "fundamental para a sustentação da capital da República". "É essencial", acrescentou o ex-governador e recém-eleito deputado federal Agnelo Queiroz (PT).

O Fundo reúne recursos da União destinados ao custeio da segurança pública e ao auxílio na manutenção da saúde e da educação no DF. A Constituição de 1988 estabelece que cabe à União organizar e manter as forças de segurança do Distrito Federal, além de prestar assistência financeira às áreas sociais, em razão do papel singular de Brasília como sede do governo federal.

O projeto de lei é mais um da sequência de tentativas para alterar o funcionamento do Fundo. Em 2023, durante a tramitação do Novo Arcabouço Fiscal, o relator na Câmara incluiu um dispositivo para mudar a correção do FCDF. A mudança, no entanto, foi retirada no Senado. Posteriormente, em 2024, houve outra tentativa da equipe econômica do governo federal de modificar as diretrizes do fundo dentro do pacote emergencial de cortes de gastos federais. Novamente, o dispositivo foi reiterado do texto final.

Vale lembrar que, em setembro, a mudança no cálculo do Fundo também foi objeto de uma ação do governo do DF no Supremo Tribunal Federal (STF). A governadora Celina Leão sustenta que a competência do Congresso Nacional para estabelecer regras de finanças públicas não autoriza o esvaziamento de uma obrigação constitucional, ou tratar o FCDF como uma vinculação criada discricionariamente por lei.

Reproduçao



Gustavo Rocha e parlamentares se encontraram com Motta para evitar mais uma ameaça ao FCDF